



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social
Sub-eixo: Infância

PROJETOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFMT:

Abordagem dos direitos das crianças e adolescentes nos 50 anos do curso de graduação

JOSILEY CARRIJO RAFAEL ¹
EVA EMILIA FREIRE DO NASCIMENTO AZEVEDO ¹

RESUMO: O artigo trata dos projetos de formação profissional em Serviço Social na UFMT e a forma como os respectivos projetos contemplou a temática da Criança e Adolescente desde a criação do curso na referida instituição, tanto nas disciplinas ofertadas, como nas investigações e pesquisas realizadas para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso- TCC. Tal estudo traz os resultados da pesquisa bibliográfica e documental realizada nas Propostas e Projetos Pedagógicos de Formação Profissional desde a criação em 1970 até a atualidade. Apresenta ainda um levantamento preliminar de 76 TCCs, para analisar como a temática foi tratada nos estudos monográficos.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico, Formação Profissional, Serviço Social, Criança e Adolescente.

ABSTRACT: The article deals with the projects of professional training in Social Work at UFMT and the way in which the respective projects contemplated the thematic of the Child and Adolescent since the creation of the course in the referred institution, as much in the disciplines offered, as in the investigations and researches realized for preparation of the Course Completion Work - TCC. This study brings the results of the bibliographical and documentary research carried out in the Proposals and Pedagogical Projects of Vocational Training from the creation in 1970 to the present time. It also presents a preliminary survey of 76 TCCs to analyze how the topic was treated in the monographic studies.

Keywords: Pedagogical Project, Vocational Training, Social Work, Child and Adolescent.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Mato Grosso

I. NOTAS INTRODUTÓRIAS: Surgimento do Serviço Social e sua estreita relação com a questão da infância e adolescência

O debate sobre o processo de surgimento do Serviço Social no mundo e na América Latina é revestido de visões e interpretações heterogêneas que demarcam contradições no tocante à natureza da profissão. Montaño (2007), ao analisar as divergências na forma de compreender a natureza do Serviço Social, aponta duas antagônicas concepções, as quais ele denomina de Perspectiva Endogenista e Perspectiva Histórico-Crítica. Sendo a primeira, o resultado do processo evolutivo das ações caritativas e filantrópicas desencadeadas pela Igreja Católica na forma de intervir na questão social. Já a segunda perspectiva, vai compreender e defender que o Serviço Social é resultante da síntese de projetos políticos “que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à questão social (p.30).

Entendemos que a segunda perspectiva é a que consegue analisar a profissão de forma verdadeiramente crítica e que reconhece a totalidade da vida social sem fragmentar o que entendemos ser complexo e dialético. Por isso, é salutar reconhecer que para realização de uma viagem pela história da profissão não se pode ignorar a participação da Igreja Católica para o posterior processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, para que possamos compreender o significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, e a forma como essa trajetória profissional vai produzir laços embrionários e estreitos com a questão da criança e do adolescente.

É particularmente a partir da década de 1930 que o Serviço Social é proposto “como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social” (YAZBEK, 2009, p.6). É nesse período que identificamos o surgimento do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado pela literatura e pelas pioneiras como a manifestação original para criação do Serviço Social brasileiro, tendo como objetivo central a promoção da “formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” (IAMAMOTO &

CARVALHO, 2003, p.169), sob a luz dos valores e ensinamentos da Encíclica *Rerum Novarum* e do Neotomismo.

A intensificação das atividades desenvolvidas pelo CEAS e o intercâmbio estabelecido com países europeus para realização de estudos sobre a organização do Serviço Social veio a fortalecer o núcleo da Juventude Feminina Católica – público específico dos integrantes do CEAS –, e conseqüentemente do seu papel de educar para o modo capitalista de pensar, através da restauração da mentalidade e dos hábitos daqueles que viviam de sua força e trabalho. Com isso, temos em 1936 a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo capital. Porém, “esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado, que assimilará a formação doutrinária própria do apostolado social” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2003, p.176).

É justamente no processo de articulação do Estado com as ações da Igreja, mediadas pelo CEAS e posteriormente pela Escola de Serviço Social de São Paulo, que vamos identificar a embrionária e estreita relação da história da profissão no Brasil com a questão da criança e do adolescente, através da criação do Departamento de Assistência Social do Estado, decorrente da Lei nº 2.497, de 24 de dezembro de 1935.

Dentre as atribuições do Departamento de Assistência Social estava a responsabilidade pela gestão da própria assistência e do que se convencionou chamar de proteção social. Essa gestão deveria se articular e dividir as responsabilidades com o setor privado mediante credenciamento e parcerias. Constituíam-se também, em atribuições do Departamento de Assistência Social:

[...] a estruturação dos Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social. A maior parte dos artigos da lei é, no entanto, dedicada à assistência ao menor – sua organização científica em relação aos aspectos social, médico e pedagógico – e à fiscalização das instituições públicas e particulares que a ela se dedicam. Apenas um artigo se refere ao Serviço de Proteção ao Trabalhador, para remetê-lo ao Departamento Estadual do Trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 2003, p.174-175).

Temos então, nas primeiras intervenções assistenciais estabelecidas pela parceria entre Igreja e Estado, uma espécie de centralidade da atenção dispensada à classe trabalhadora, nesse caso, à questão da criança e do adolescente. Que nesse tempo histórico contava com Legislação nacional sobre a matéria, o que de certa forma acabava por influenciar o processo de formação das futuras/pioneiras do Serviço Social.

A Legislação referida acima se trata do Decreto 17.943-A, aprovado em 12 de outubro de

1927, que consolida as leis relativas às crianças e aos adolescentes e vem a se constituir no primeiro Código de Menores da América Latina. A proposta procurava diferenciar essas fases geracionais fora da perspectiva criminalista e desatrelando-as do Código Penal. Contudo, é imprescindível frisar que estamos a discorrer sobre um determinado contexto histórico de nítida expressão positivista do Direito, da lógica da individualização do problema, e, apesar da sinalização de uma tentativa de substituição da postura repressiva e punitiva no trato e na atenção à criança e ao adolescente, o que a história constatou foi uma tônica corretiva por via do disciplinamento físico e moral desses pertencentes à classe que vivia do trabalho, e que na ótica cristã e jurídica eram a mais pura expressão do desajuste, desestrutura e incompetência familiar. Dessa forma, não é equivocado afirmar que essa legislação não ultrapassa a medíocre preocupação com o processo de internação dos supostos delinquentes, a definição do recorte etário legal para inserção no trabalho e a culpabilização e criminalização da questão social (GIAQUETO, 2006).

Contextualizada as raízes do Serviço Social no Brasil e sua estreita relação com a questão e a atenção voltada à criança e ao adolescente, o que segue no presente artigo é o resultado da pesquisa bibliográfica e documental realizada nas Propostas e Projetos Pedagógicos de Formação Profissional do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que acumula quatro décadas de criação e são atravessadas por concepções distintas de formação, dado o percurso teórico-metodológico que marca o movimento da profissão nesse recorte histórico do Século XX e nessas quase duas décadas do Século XXI. O acervo analisado compreende a Estrutura Curricular que cria o curso de Serviço Social em 1970, a Estrutura vigente no período de 1976 a 1985; O Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT (PFP/julho/1985); o Projeto Político Pedagógico do Serviço Social (PPP/1997); a proposta de Projeto de Formação Profissional Currículo – ano 2001 (PFP/1999); o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPP/2007) e por fim, o Projeto Pedagógico de Curso Serviço Social (PPC/2010), esse vigente até o presente ano, que será substituído pelo Projeto que foi encaminhado em junho de 2022 para apreciação da Pró-Reitoria de Graduação, fruto da reformulação e amplo debate realizado pelos docentes e discentes da UFMT.

O que esboçamos aqui é uma das etapas de um projeto mais geral sobre os 50 anos de curso de Serviço Social na UFMT. Nesse artigo, buscamos verificar como a formação contemplou a temática Criança e Adolescente ao longo da história do curso de Serviço Social, e particularmente no Projeto Político Pedagógico de 2007 – substituído pelo PPC/2010 –, pois a análise da produção de conhecimento através dos Trabalhos de

Conclusão de Curso (TCCs) entregues e defendidos nos semestres 2010/02, 2011/01 e 2012/02, são frutos das pesquisas das estudantes que se formaram sob a vigência do PPP/2007. Dessa forma, salientamos que é somente a produção dos TCCs elaborados sob a vigência do Projeto de 2007 que se encontram disponíveis no acervo da Coordenação de TCC/Departamento de Serviço Social, pois o Departamento não conta com Banco de Dados dos TCCs produzidos desde a criação do curso.

O que segue é a tentativa inicial de registrar a história do curso de Serviço Social, aqui delimitada pela temática da criança e do adolescente, e a forma como ocupou e tem ocupado espaço no processo de formação acadêmico e profissional em Serviço Social na particularidade do curso da UFMT, afim de contribuir com a socialização do conhecimento e a radical defesa da garantia dos Direitos Humanos e Sociais que essa parcela da população supostamente conquistou através do ECA, mas na configuração do Estado Mínimo tem visto as normas jurídicas não se efetivarem enquanto políticas que consigam dar respostas para suas demandas. Direitos formais negados pela ofensiva neoliberal e pela lógica perversa da sociabilidade burguesa e pelos ditames do capital.

A proposta desse estudo também se inscreve na tentativa de qualificar a formação profissional no sentido de contemplar o debate não só da defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas também, articular essa discussão com questões macroscópicas numa perspectiva de totalidade, para que possamos ultrapassar os limites da luta por direitos e contemplar dimensões mais complexas que estão expressas em nosso projeto ético-político profissional. Defendemos que essa qualificação continua das unidades que compõem o projeto pedagógico, aqui representada pela questão da infância e do adolescente, devem se espraiar para o âmbito dos projetos de formação em Serviço Social, no sentido de não tratá-las como questões e temáticas isoladas, sem a devida articulação com a perspectiva teórico-metodológica referendada pelos Projetos de Formação.

O que isso quer dizer? Que em vários momentos nos deparamos com disciplinas que ao tratarem de forma isolada alguma temática específica, pode acabar apontando para perspectivas teóricas distantes ou confrontantes com a perspectiva matriz do Projeto de Formação. Apesar de passadas mais de duas décadas dos debates e da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ainda é recorrente o trato de alguns temas de forma dissociada da perspectiva expressa na ontologia do ser social. Essa questão não é um problema exclusivo do processo de formação em Serviço Social, é a expressão de questões mais complexas que estão sendo dadas na forma como as lutas sociais estão sendo travadas na “ordem da reprodução sociometabólica do capital”, que Meszáros irá chamar de

“questão única” (p.94).

Nossa proposta é a recusa do trato de questões isoladas, é a recusa de compreender e reproduzir as contradições vivenciadas por crianças e adolescentes como expressão de uma “questão única”, sem qualquer articulação com a totalidade da vida social na sociabilidade determinada pelo capital. Mészáros (2011) chama de “questão única” os movimentos de protesto – especialmente os movimentos ambientalistas – que se proliferaram sem qualquer tipo de enfrentamento à lógica do capital, ou seja, sem postura anticapitalista, “deixando indefinidas as causas socioeconômicas subjacentes e suas conotações de classe”. São tratados pelo filósofo húngaro como movimentos reformistas “que ignoravam programaticamente a questão das classes”, configurando-se em lutas isoladas e com pautas específicas sem relação direta e indireta com a produção e reprodução das relações sociais no sistema capitalista, legitimando assim a mais poderosa estrutura totalizadora de controle, o sociometabolismo do capital.

Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão”. [...] Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”), o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, p.95).

É por isso que entendemos que a luta pelos direitos de crianças e adolescentes não podem se limitar ao direito como meio e como fim, não pode ser tratada no processo de formação como uma disciplina ou como uma temática de “questão única”. Para tanto, nossa defesa é que o processo de formação ao legitimar esse debate na forma de oferta de disciplinas optativas ou obrigatórias, tenha como primazia a defesa da radicalização da democracia com intuito de garantirmos a emancipação política, tratando com o devido rigor a necessária diferenciação dessa para a emancipação humana, e assim, estabelecermos parcerias com movimentos sociais e sujeitos coletivos organizados, a fim de ampliarmos a luta, num salto qualitativo rumo a outra sociabilidade e na legitimação do nosso valor ético central, a liberdade, nos termos de Marx (2013 e 2017) e Lukács (2013): o “reino da liberdade”.

Dessa forma, o recorte de nossa pesquisa não procura tratar a temática da criança e do adolescente de forma autônoma, desvinculada dos fundamentos históricos, teóricos e

metodológicos do Serviço Social, que por sinal nos parece ser algo muito recorrente nos processos de formação, que acabam tratando as questões geracionais, de sexualidade, gênero, raça e etnia e etc. de forma descolada e/ou independente, como áreas distintas da formação, sem a devida articulação com os fundamentos do Serviço Social. A delimitação, ou melhor, a escolha pela área da infância e adolescência, se deve justamente ao processo histórico da profissão no Brasil, que como demonstramos, sempre esteve entrelaçada com essa temática. A pesquisa que culminou nesse artigo, procura contemplar também, outras questões que estão em processo de investigação e que poderão expressar um panorama mais geral sobre a história da formação em Serviço Social no Estado de Mato Grosso. Assim, a continuidade desse processo de pesquisa busca traçar um panorama geral dos 50 anos de criação do curso na UFMT.

II. O SERVIÇO SOCIAL NA UFMT E A QUESTÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A história do Serviço Social brasileiro é marcada por momentos distintos que nos levaram à maturidade profissional que temos hoje. Uma profissão que emerge vinculada a concepção da Igreja Católica vai assumindo outros contornos até a sua aproximação com a tradição marxista. Essa história pode ser identificada nas propostas e nos Projetos de formação profissional do curso de graduação em Serviço Social da UFMT.

Através da pesquisa documental realizada no acervo da Coordenação do Curso, não foi possível localizar em sua versão completa o Projeto Pedagógico que cria a Faculdade de Serviço Social da UFMT. Porém, tivemos acesso a estrutura curricular vigente de 1976/02 a 1985/01 que fornece apenas os nomes das disciplinas que compunham a grade curricular do curso. Dentre as disciplinas, é possível inferir que apenas duas tratavam sobre a temática da criança e do adolescente, a saber: 1. Direito de Família (disciplina obrigatória – com carga horária de 60 horas/ 04 créditos) e 2. Seminário de Menores (disciplina optativa- com carga horária de 60 horas/ 04 créditos).

Apesar da escassez de dados, é imprescindível destacar que essa proposta de formação se localiza num tempo de transição da legislação brasileira voltada para infância e adolescência, que em razão do Ano Internacional da Criança substitui o Código de Menores de 1927 pelo Código de 1979. Avaliamos que essa substituição apenas chancela a “Doutrina de Situação Irregular do Menor”, implicitamente presente no Código anterior.

No percurso dos anos 1980, o Serviço Social brasileiro galga importantes conquistas semeadas no final da década anterior, tem-se a aprovação do currículo mínimo

(1982) que sinalizava a vinculação com a tradição marxista e a mudança do Código de Ética aprovado em 1986, reformulado posteriormente em 1993.

Na UFMT, acompanhando as mudanças ocorridas no cenário nacional, foram realizadas uma série de discussões, cursos, reuniões e pesquisas com docentes e discentes do curso de Serviço Social no período de 1979 a 1984, que resultou no Projeto de Formação Profissional do Assistente Social (PFP- julho de 1985). Esse Projeto pretendia responder às exigências do novo Currículo Mínimo determinado pelo Conselho Federal de Educação, devendo possibilitar “[...] uma visão crítica da realidade social, o conhecimento aprofundado dos problemas e necessidades sociais, o conhecimento das diretrizes e da política adotada, como também dos mecanismos e funcionamento das instituições existentes na sociedade” (PFP/1985, p. 03). Tal projeto aponta a relação da profissão com a realidade regional, considerando aspectos como migração, ocupação das terras, produção agrícola, medidas governamentais, etc.

Considerando as contradições presentes na transição da década de 1970 para 1980, e conseqüentemente as novas demandas postas para a profissão, o PFP/1985 assume o “Serviço Social vinculado aos interesses da clientela enquanto - classe dominada na perspectiva da transformação social”, devendo então capacitar o aluno para desenvolver no exercício profissional o trabalho institucional crítico (p. 22). É no interior das Disciplinas Optativas que vamos ter a “Questão do Menor e a Prática do Serviço Social” (com 04 créditos e CH de 60h). Essa disciplina tinha como ementa:

Compreensão das causas e condições da situação do menor na sociedade brasileira, numa perspectiva de totalidade, a partir das relações estruturais e conjunturais que a engendram; Análise das políticas de assistência ao menor, elaboradas como respostas a essa questão e suas determinações sócio-históricas e refletir a ação do assistente social na pesquisa e no encaminhamento de soluções de problemas relacionados às questões levantadas (PFP/1985, p. 62).

É importante destacar que, no cenário nacional a década de 1980 é marcada ainda por intensas lutas em favor da redemocratização do país, por direitos sociais. Novos e antigos personagens entravam em cena, reivindicando direitos que passaram – em sua maioria – posteriormente a compor a Constituição Federal de 1988. No que tange especificamente a questão da infância e adolescência, foi também nesse período que a sociedade brasileira passou a mostrar claramente sua insatisfação com o tipo de atendimento realizado a esse público, com destaque para o protagonismo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, bem como a posição política da Igreja Católica – ancorada na força exercida pela Teologia da Libertação – que publicizou e sensibilizou a

sociedade para essa temática através da Campanha da Fraternidade de 1987: “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”.

Como resultado foi promulgado em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº. 8069/90), considerado divisor de águas na história dos meninos e meninas brasileiros, com a substituição da “Doutrina da Situação Irregular” pela “Doutrina de Proteção Integral”.

As mudanças ocorridas no cenário nacional na transição dos anos 1980 para os 1990 serão vistas e sentidas no processo de formação e atuação profissional. No interior do Serviço Social brasileiro, a década de 1990 é marcada pela *apropriação ontológica* da vertente crítico dialética que se apresenta como fundamental para a ruptura com o conservadorismo manifesto desde o início da profissão. Segundo Santos (2007), esse direcionamento pode ser constatado em três debates centrais: 1. Reformulação do Código de Ética Profissional (1993), 2. Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e 3. Novas Diretrizes Curriculares para Formação Profissional (1996).

Acompanhando esse momento, o Departamento de Serviço Social da UFMT retoma a discussão do seu PFP/1985 e atualiza-o, destacando as Novas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, resultando assim no Projeto Político-Pedagógico Serviço Social de 1997. Dentro da estrutura geral do curso proposta nesse novo currículo, organizam-se nove eixos de conhecimento e conteúdos temáticos. A temática relacionada a infância e adolescência é discutida na disciplina optativa: “Questão Social da Criança e do Adolescente” que tinha como ementa:

Compreensão das causas e condições da situação da criança e do adolescente (na sua diversidade) na sociedade brasileira e matogrossense numa perspectiva de totalidade, a partir das relações estruturais e conjunturais que a engendram; análise das políticas governamentais de assistência à criança e adolescente; Análise das iniciativas não governamentais. Análise histórico-comparativa da Legislação que trata da questão do menor (infância e adolescência) (PPP/1997, p. 33).

Fazendo uma breve comparação das ementas de 1985 e 1997, é possível observar que, embora o texto inicial seja semelhante, podem ser verificados elementos novos, tais como: mudança na terminologia (de menor para criança e adolescente), a observância à realidade regional, análise de políticas e ações governamentais, como ainda da iniciativa das organizações não governamentais e a necessidade de compreensão das diferentes legislações voltadas às crianças e adolescentes, toda essas questões devendo ser analisadas numa perspectiva de totalidade e na relação com a chamada questão social.

Vale destacar que no PPP/1997, as disciplinas Estágios Supervisionados I, II e III eram “[...] viabilizadas através dos Núcleos de Estudos e Pesquisas do Departamento de Serviço Social”, sendo a temática da criança e do adolescente objeto do Centro de Estudos da Infância e Adolescência- CEIA. Esse Núcleo desenvolvia

[...] ações em nível de pesquisa, estágio e extensão, contribuindo com a produção de conhecimentos acerca da realidade da criança e do adolescente em Mato Grosso, ao mesmo tempo que, através do estágio e da extensão propõe e participa de programas e projetos multidisciplinares com a finalidade de superação das questões postas pelos determinantes estruturais e conjunturais. O CEIA trabalha ainda em nível de Assessoria a partir de cursos, treinamentos e seminários junto aos municípios de Mato Grosso e programas interinstitucionais (Proposta de Projeto de Formação Profissional - PFP/1999, p. 26).

A definição das atividades desenvolvidas pelos Núcleos que faziam parte do Departamento de Serviço Social, em especial o CEIA, é encontrada na proposta de Projeto de Formação Profissional – PFP – elaborada em 1999 com intuito de ser implantada em 2001. Contudo, as alterações sugeridas no referido documento não foram implementadas, o que se constitui em elemento de nossa investigação, ou melhor, do nosso projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento, mas que será tratada num relatório de pesquisa posterior, o que não compromete a análise realizada nesse artigo.

O PPP/1997 só vem a ser substituído em 2007 quando é elaborado um novo Projeto, que seguindo as orientações da ABEPSS, define como eixos fundantes da formação profissional o Trabalho e a Questão Social e adota de fato, os núcleos de fundamentação propostos pelas Diretrizes Curriculares. No que tange a questão da infância e adolescência, verifica-se nesse currículo duas disciplinas que a discutem: Família na contemporaneidade e Relações Sociais e Infância, adolescência, juventude e Políticas Sociais- ambas optativas. A primeira disciplina perpassa a discussão quando discute a família nos diferentes contextos sócio-históricos e as relações geracionais, enquanto que a segunda trata:

A perspectiva contemporânea de direitos e a concepção de criança, adolescente e juventude na legislação brasileira. A realidade da criança, da adolescência e da juventude como expressão da questão social no Brasil: trabalho infantil, violência sexual e doméstica, exploração sexual e turismo sexual, vulnerabilidade juvenil. A questão da infância, da adolescência e da juventude no Estado de Mato Grosso. A política de atendimento à criança e adolescentes no Brasil e em Mato Grosso e a constituição das Políticas de Juventude. O controle social através dos conselhos de política e direitos, tutelares, e a intersectorialidade das políticas sociais públicas voltadas à infância, adolescência e juventude (PPP/ 2007, p. 63).

É somente no Projeto Pedagógico de Curso- PPC/2010 que a discussão da Infância

e Adolescência passa a compor a estrutura das disciplinas obrigatórias com a mesma nomenclatura do projeto anterior. Agora deve ser cursada no 6º semestre, com uma carga horária de 64h e com uma ementa mais condensada: “Concepções de infância, adolescência e juventude. Realidade da infância, da adolescência e da juventude como expressão da questão social no Brasil e em Mato Grosso. O controle social, conselhos de política e direitos. Intersetorialidade das políticas sociais” (PPC/2010). Observamos uma tentativa de articular o debate dessa particularidade com questões gerais que são tratadas nas disciplinas que objetivam discutir o Serviço Social na atualidade, tais como Fundamentos do Serviço Social, Questão Social e Gestão Social. Porém, existe uma lacuna no âmbito das ementas, tanto do projeto de 2007 quanto do projeto de 2010. Essa lacuna está na forma como as ementas não indicam de forma direta a necessidade dessa discussão para além do debate em torno da luta, defesa e garantia dos direitos humanos e sociais.

É evidente que uma ementa não pode condensar a complexidade de uma disciplina, assim como a disciplina pode ser muito mais limitada ou complexa que o indicado pela sua ementa. Parte do resultado desse processo, estará atrelado à forma como a condução da disciplina será realizada pela docente, na distribuição de conteúdo em unidades programáticas, na própria vinculação e filiação teórica de quem estará planejando e executando. Porém, a necessidade de fazer essa articulação de forma mais comprometida com a análise crítica da sociabilidade burguesa, pode ser demarcada na própria ementa, com intuito de apontar e talvez garantir sua contemplação. Nossa análise não está subestimando a forma como as duas ementas contemplam o tema da infância e adolescência relacionado à questão social, porém, entendemos que essa mera articulação não garante um tratamento que ultrapasse a defesa dos direitos.

O PPC/2010 substitui o PPP/2007, com o objetivo de superar equívocos identificados pelo corpo docente, com “alterações em relação à supressão ou acréscimo de disciplinas [...], além da revisão de ementas e bibliografias” (p. 02). O Estágio Supervisionado passa também por alterações no sentido de se alinhar com a documentação legal (Lei Nacional, Resolução do CFESS) e com a Política de Estágio elaborada pela ABEPSS. Ainda que lacunas sejam identificadas em nossa avaliação sobre a atual ementa que trata sobre a temática da infância e adolescência, consideramos ser pertinente apontar que na graduação, o estudo e o debate acerca dessa temática constituem-se em pautas relevantes para o cumprimento do processo de formação profissional, seja pela inserção em campos de estágio que exigem o conhecimento sobre a matricialidade sócio familiar nas

políticas sociais, ou em campos onde o tema ocupa espaço central no exercício profissional das supervisoras de campo. A obrigatoriedade ou não da oferta de uma disciplina que contemple especificamente a temática, é uma questão que se constitui em tarefa tanto para os grupos de pesquisa sobre fundamentos do serviço social e formação profissional, como para os grupos temáticos de pesquisa relacionados à questão geracional, particularmente na área da infância e adolescência. Afinal, debates coletivos e abertos sempre podem culminar em encaminhamentos mais acertados e maduros, como tem sido realizado de forma exitosa pela ABEPSS através das Oficinas Regionais e Nacional.

III. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO SERVIÇO SOCIAL DA UFMT

Com vistas a conhecer a produção do conhecimento do Serviço Social na UFMT na área da criança e do adolescente, foi realizado levantamento parcial, nesse primeiro momento com de 76 Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, produzidos nos semestres 2010/02, 2011/01 e 2011/02. Tal recorte temporal como já justificado anteriormente se dá pela transição do PPP/2007 para o PPC/2010, cuja produção encontra-se disponível no acervo da Coordenação de TCC do Departamento de Serviço Social. Para a identificação das temáticas relacionadas à questão da criança e adolescente analisamos os títulos dos 28 TCCs, bem como os resumos e introduções, o que possibilitou a definição de duas categorias: “direta” e “indireta”. Por “direta” entendemos todos os trabalhos que trazem em sua centralidade a discussão da criança e do adolescente, seja na área da saúde, assistência, sóciojurídica ou outras. Por “indiretas” entendemos as temáticas relacionadas com questões que rebatem no cotidiano desse público, a saber: violência doméstica, família, Programas Sociais com enfoque na centralidade da família, etc.

Nos trabalhos elaborados no semestre 2010/02 são discutidos os temas: Violências, a atuação da Rede Sócio Assistencial, atuação do profissional de Serviço Social, Sexualidade, Maternidade, permanência de crianças em unidades prisionais. Dos 09 trabalhos que discutem a questão da infância e adolescência, 07 a fazem de forma direta, enquanto 02 indiretamente.

No primeiro semestre de 2011 já se tem um quadro diferente, pois dos 08 trabalhos, apenas 02 discutem a questão da criança e do adolescente de forma direta, ambos enfocando as medidas sócioeducativas. Os demais abordam questões relacionadas à

violência doméstica (em especial contra a mulher), família, trabalho feminino, drogadição e Programa Bolsa Família. Já no segundo semestre de 2011, verifica-se que dos 11 trabalhos, 07 tratam de forma direta, com prevalência nas temáticas: gravidez na adolescência, violência doméstica, Benefício de Prestação Continuada-BPC para crianças portadoras de deficiência e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI. Os demais abordam temáticas relacionadas a Proteção Social Básica e Especial da Política Nacional de Assistência Social- PNAS e violência doméstica.

Em todos os trabalhos a abordagem do tema é realizado tendo como perspectiva a luta, defesa e garantia dos direitos das crianças e do adolescente, pela via de políticas sociais efetivas e que consigam dar respostas para as demandas apresentadas. O enfoque e a centralidade dos direitos acabam promovendo uma sombra no necessário debate sobre a emancipação humana e sobre a liberdade, ou seja, sobre como os temas relacionados direta ou indiretamente com a área da infância e adolescente devem estar articulados com os princípios mais amplos e complexos do projeto ético-político do Serviço Social. Alguns trabalhos apontam a necessidade de transformação social, mas a interpretação da transformação está colada exclusivamente à realização da democracia, sem as devidas mediações que possibilite uma análise mais ampla e sobretudo anticapitalista, na defesa real e crítica da propriedade privada e do trabalho alienado. Em resumo e de maneira ilustrativa, nossa defesa é que reconheçamos ser necessário garantir uma formação que possibilite ao egresso compreender que a luta contra o trabalho infantil, mas, essa luta obrigatoriamente precisa ser uma luta contra o trabalho coisificado, contra o trabalho assalariado, contra o trabalho que produz mais-valia, contra a exploração que se processa nessa relação mercantil do trabalho que desumaniza o ser social e cujas formas variadas de opressões já se colocam como algo impossível de ser mensuradas, dado o furacão da barbárie que se coloca diante de nossos olhos e de nossas vidas.

IV- CONSIDERAÇÕES

Embora a formação em Serviço Social esteja pautada numa proposta generalista, há que se considerar que o estudo e aprofundamento de algumas temáticas tornam-se imprescindíveis para a qualidade dos serviços prestados pelas assistentes sociais para garantia e defesa dos Direitos Humanos e Sociais, independentemente do espaço sócio ocupacional e da Política Social em que esteja atuando. Afinal, a qualidade dos serviços prestados também se constitui num princípio previsto no Código de Ética de 1993, assim

como a defesa de outra sociabilidade, a defesa da emancipação humana e da liberdade.

Ainda que as mediações para compreensão e defesa dos princípios mais amplos e complexos se apresente como uma lacuna a ser superada no processo de formação profissional, a preocupação que demarcou e continua a mover nossas inquietações, estão alocadas nas dificuldades ainda a serem superadas tanto no espaço acadêmico, quanto no espaço de atuação profissional, e que dizem respeito principalmente a um movimento de desregulamentação dos direitos e banalização das conquistas históricas. O acirramento da exploração e das opressões estão nos colocando num campo e num tempo histórico que a luta pela sobrevivência parece conotar uma luta revolucionária, tamanho é o agravamento desencadeado pela barbárie que para muitos ainda parece estar travestida de única civilização possível.

Dessa forma, defender os direitos de crianças e adolescentes como perspectiva de defesa da classe trabalhadora e de luta anticapitalista, tem se tornado cotidianamente um grande desafio, principalmente pelo discurso midiático sobre questões relacionadas ao tema da infância e adolescência que corre na direção oposta do que pressupõe o projeto ético-político do Serviço Social. Posto isso, é imprescindível retomarmos alguns ensinamentos para não nos perdermos na vala da racionalidade burguesa: é urgente promover a revolução e a construção de uma sociabilidade para além do capital, mas para tanto, precisamos reconhecer nossa necessidade elementar de nos alimentarmos, de termos condições mínimas para travar essa luta mais ampla e histórica. Essa equação e mediação é o que se apresenta como desafio maior, em linhas gerais, é o que precisamos explorar nos espaços de formação, que também é um espaço de luta, de resistência e possibilidades revolucionárias.

V. REFERÊNCIAS

GIAQUETO, Adriana. Caminhos para a atenção à infância e adolescência no Brasil: as políticas sociais e as legislações. In: **Revista Àgora,: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2, n. 04, julho de 2006. Disponível em www.asssitentesocial.com.br

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

KAMEYAMA, N. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997)**. In: ABESS. Cadernos ABESS, nº 08. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. SILVA, Maria Ozanira da Silva (orgs). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

UFMT. **Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT**. Departamento de Serviço Social – Centro de Ciências Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, 1985 (mimeo).

UFMT. **Projeto de Formação Profissional Currículo** – ano 2001. Departamento de Serviço Social. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, 1999 (mimeo).

UFMT. **Projeto Político Pedagógico Serviço Social**. Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, 1997 (mimeo).

UFMT. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, 2007 (mimeo).

UFMT. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, 2007 (mimeo).

UFMT. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Departamento de Serviço Social

– Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, 2010 (mimeo).

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.